

DONNINI, Livia; PLATERO, Luciana; WEIGEL, Adriana. **Ensino de Língua Inglesa**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 140 p.

## ANÁLISE CRÍTICA: ENSINO DE LÍNGUA INGLESA

Autor: Lucas Amâncio Mateus<sup>1</sup>

A obra consiste em uma coletânea de ideias e textos, que trazem propostas de atividades que podem ser aplicadas em formação para o Ensino da Língua Inglesa ou mesmo utilizada por professores individualmente, as quais foram elaboradas com base na experiência das autoras em formações continuadas com os professores da Língua Inglesa que atuam na Educação Básica.

O primeiro capítulo, de caráter mais teórico, descreve a trajetória do ensino da Língua Inglesa no Brasil, elencando cronologicamente os principais trabalhos em línguas estrangeiras, a fim de identificar como o ensino nessa área tem se manifestado em busca de estabelecer uma identidade que se adeque às demandas impostas pela Educação.

A fim de sintetizar a trajetória percorrida para o ensino de Línguas Estrangeiras nas escolas brasileiras, a obra traz uma cronologia contendo os principais marcos nesse caminho. Datando os primeiros acontecimentos entre 1855 a 1961, em que o primeiro ano marca o início oficial do ensino de línguas estrangeiras no ensino secundário, momento em que havia uma metodologia muito semelhante ao ensino de línguas mortas, as quais eram obrigatórias em determinado período. Seguindo, temos um marco em 1942, através da lei que instituiu o Ginásio – com a duração de 4 anos – e o Colégio – com duração de 3 anos – tendo por modalidades o clássico e o científico. Esse momento marcou o aumento significativo do ensino das línguas estrangeiras.

A partir de 1961, vivenciou-se um desprestígio da língua estrangeira nas escolas, com a medida que a tornou uma atividade complementar tornando-se assim mais restrita. Isso se deu pela constatação de uma ineficiência no ensino.

Em resposta a essa situação, foi instituída uma comissão, em 1987, a fim de propor a

---

<sup>1</sup> Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. Graduado em Administração pela mesma universidade e Licenciado em Letras Português/Inglês pela Universidade de Franca. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0101102792314230>. E-mail: [lucasamanciomateus@gmail.com](mailto:lucasamanciomateus@gmail.com).

elaboração de uma política duradoura e que fosse suficiente para a manutenção do ensino das LEs no colégio, especialmente a língua inglesa.

A partir de 1996 até o momento atual, vivencia-se a reestruturação do ensino bilíngue, pela crescente busca de uma identidade no ensino de línguas estrangeiras no Brasil. Essa necessidade ganhou força com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que inclui o ensino de Língua Estrangeira como obrigatório a partir da 5ª série (atual 6º ano).

Um fator importante a se destacar é que, apesar do documento expressar a ideia de um pluralismo linguístico, observa-se a hegemonia internacional da língua inglesa. Considerando vários fatores, como sua função econômica de reprodução e sua função ideológica, justifica-se a sua preferência no ensino das escolas, baseados na realidade do cenário mundial. Ainda mais estritamente na realidade brasileira, observa-se o seu uso como uma necessidade, levando em conta a escassa formação profissional em outras línguas, deixando de ser uma escolha como o idealizado.

Todo esse levante histórico serve de base para uma importante análise sobre as preocupações educacionais no contexto de ensino da língua inglesa, a qual precisa de uma reflexão crítica e consistente, sobretudo ao considerar os documentos pertinentes – tais como os PCNs – que servem de norte para o ensino. Tal análise engloba a discussão dos métodos, em que se questiona se há um método ideal para o ensino da língua e quais as maneiras de sua aplicação. Observa-se uma contraposição entre o ensino da língua por aqueles que adotam a visão da língua como sistema ou estrutura e entre aqueles que seguem uma linha mais comunicativa de ensino, baseados nas ideias de Chomsky, em que se busca uma descrição da língua levando em conta seus contextos de uso.

O segundo capítulo aborda as concepções de conteúdo e de texto, discutindo as maneiras de abordagem e suas implicações no ensino. Uma metodologia que se desassocie do arcaico método de centrar o conteúdo na gramática e no vocabulário, e se preocupe em considerar a concepção de que língua é fala e, por isso, é necessário considerar seus contextos de uso, leva a um ensino de melhor aproveitamento, segundo a análise demonstrada na obra.

Observa-se ainda que em alguns programas de estudo consideram-se também as habilidades comunicativas – falar, ler, escrever, ouvir – como núcleos de ensino a serem ensinados, levando em conta que uma habilidade depende da outra para a execução de atividades diversas. Além disso, considera-se também a questão cultural, a qual é fundamental na formação do indivíduo.

Assumindo-se essa noção ampliada de conteúdo, passa-se a trabalhar com a centralidade no texto, trabalhando os conhecimentos da língua de forma contextualizada, e não em regras soltas e de forma isolada. Essa metodologia permite trabalhar os diversos conteúdos centrando-se no texto, seja um texto pedagógico – criado exclusivamente para a demonstração de determinado conteúdo – ou mesmo um texto autêntico – de diferentes gêneros e propósitos comunicativos, utilizando em diversos contextos culturais e sociais e aproveitando-se para o propósito pedagógico. A escolha do texto a ser utilizado varia de acordo com o propósito, podendo ser feita levando em conta o interesse dos alunos, pelo assunto ou tema ou pelo tipo de organização textual.

O capítulo três trata mais profundamente a respeito de algumas questões de ensino, abordando mais detalhadamente estratégias de ensino e organização de atividade tomando como base essa escolha de textos já discutida. Para isso, discute-se sobre os modelos de referência na execução dessas atividades, quais sejam: o PPP e o Ciclo da tarefa. Além desses dois, elenca-se ainda um novo e promissor modelo, o qual sugere os componentes de atividade, sem no entanto ditar uma sequência de execução para eles. Nesse sentido, a obra traz em seu escopo diversos exemplos de atividades que podem ser usados como base para a criação da metodologia dos professores.

O quarto capítulo trata sobre os métodos avaliativos e sua eficácia no contexto de ensino, defendendo a avaliação como um componente central da atividade pedagógica, a qual permite investigar o êxito na promoção da aprendizagem. Entretanto, vale salientar que a avaliação é adotada em seu sentido amplo, e não apenas como sinônimo de provas e notas. Nesse contexto, destaca-se algumas funções da avaliação, tais como: organização dos fluxos; manutenção e melhoria na qualidade do ensino; comunicação com a comunidade e com as famílias; gestão da aula.

Considerando essas funções, a obra traz a definição de diversos tipos de avaliações, que devem ser adotadas em cada contexto específico, levando em conta o objetivo pretendido. São elas: avaliação diagnóstica, avaliação somativa e avaliação formativa.

Por fim, entende-se a avaliação como um componente motivacional no processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista seu caráter de abrangência no processo de retorno entre professor e aluno, escola e comunidade.

O quinto e último capítulo da obra traz importantes reflexões sobre a formação profissional e o papel do professor no contexto de ensino. É necessário avaliar externa e internamente aspectos inerentes ao desenvolvimento profissional, o que engloba uma formação continuada e a

necessidade de exploração do professor, sendo sempre visto como um pesquisador dentro de sua área, através de uma formação reflexiva e investigativa.

A obra, ao longo de cada capítulo, distribui-se de maneira bastante didática, iniciando sempre com uma atividade de reflexão para o professor. Sua própria constituição serve como exemplo de método de ensino, que leve os alunos a uma reflexão mais aprofundada de seu objeto de estudo, fugindo dessa forma, de uma metodologia engessada e presa às regras e vocabulários. Em uma análise feita por Guimarães (2017), sobre as teorias defendidas por Chomsky, vemos que o processo de compreensão da língua dar-se-á por meio da relativização, utilizando-se nesse processo a noção de nível linguístico e extralinguístico, levando em conta os processos lexicais, morfológicos, sintáticos e semânticos, assim como seu contexto de uso.

Tal teoria reafirma a abordagem trazida pela obra, que consiste em um compilado de fatores a se considerar em busca do êxito no ensino e aprendizagem de língua inglesa no contexto nacional, com suas particularidades e limitações.

## REFERÊNCIAS

GUIMARÃES, Maximiliano. **Os fundamentos da teoria linguística de Chomsky**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2017.